

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE DE CRICIÚMA –

CMT

06/05/2025

6 Ao sexto dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se, na sala de reuniões da
7 Coordenação Municipal dos Conselhos da Prefeitura Municipal de Criciúma os seguintes
8 conselheiros: Giovane Raulino Ribeiro (Diretoria de Trânsito e Transporte - DTT); Caroline Paim
9 Zanette (Diretoria de Trânsito e Transporte); João Paulo Casagrande (Secretaria Municipal do
10 Sistema de Infraestrutura e Obras); Bianca Elias Torres (Procuradoria-Geral do Município);
11 Henrique Vargas (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC); Gentil Francisco (União da
12 Associação de Bairros de Criciúma – UABC); Clésio Fernandes (Sindicato das Empresas dos
13 Condutores de Veículos e Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de
14 Criciúma e Região); Juliano Peters Dutra (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e
15 Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região); Carlos
16 Alberto de Andrade (Consórcio Criciumense de Transporte Urbano – CCTU); Tiago Coloneti
17 Marangoni (Câmara de Dirigentes Lojistas de Criciúma – CDL); Se fizeram presentes os
18 convidados: Matheus Viana (CCTU); Rodinei Tiskoski (CCTU); Charles da Luz (Associação de
19 Moradores do Bairro Pio Corrêa - AMOPIO); Nair Nazário (Associação de Moradores do Bairro
20 São Luiz); Alexandre Back; Renan Tramontim (Associação de Moradores do Bairro Santa Luzia e
21 Núcleo Santa Luzia da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL). O Presidente iniciou a reunião
22 saudando a todos e solicitando que o conselheiro Gentil Francisco fizesse a leitura da ata da reunião
23 anterior, após, foi solicitado que todos os convidados se apresentassem. Com os convidados
24 devidamente apresentados, deu-se segmento a pauta da reunião onde o Presidente informou a
25 chegada de uma solicitação da União das Associações de Bairros de Criciúma (UABC) do dia vinte
26 e oito de abril de 2025, assinada pelo conselheiro Gentil e destinada ao Prefeito, apresentando um
27 pedido de acesso à informações relacionadas ao Contrato nº095/PMC/2022 que tem como objetivo
28 a concessão de Sistema de Estacionamento Rotativo Pago de Criciúma. O conselheiro Gentil
29 esclareceu eventuais dúvidas dos demais membros, lembrando que, conforme deliberado na
30 última reunião, as indagações seriam formalizadas para posterior encaminhamento aos órgãos
31 competentes. Ressaltou ainda, que a solicitação das informações também foi encaminhada ao Poder
32 Executivo, que dispõe de pleno acesso ao conteúdo solicitado, considerando a possibilidade de que
33 os dados fornecidos por outros órgãos possam chegar de forma imprecisa ou distorcida. O
34 Presidente seguiu informando sobre um Memorando Interno enviado pela Diretoria de Trânsito e
35 Transporte, e encaminhado para a Procuradoria do Município, pedindo dilatação de prazo de mais
36 20 dias em razão da quantidade de informações pedidas. O conselheiro Clésio Fernandes comentou
37 que, como a empresa Gerestar não encaminhou nenhum pedido de prorrogação de prazo, estaria
38 descumprindo a cláusula contratual referente ao fornecimento de informações, o que a colocaria em
39 situação de inadimplência e sujeita à rescisão do contrato. A sugestão feita pelo Presidente foi de
40 prorrogar o prazo até a próxima reunião e perguntou se alguém se opõe. O conselheiro Gentil
41 expressa seu descontentamento com o pedido, alegando que a Diretoria de Trânsito e Transporte já
42 possuía conhecimento dos documentos que seriam solicitados, já que participam do Conselho, e
43 poderiam deliberar a tarefa de reuni-los. Mencionou, ainda, um ofício já encaminhado em 2024 ao
44 Diretor da Diretoria de Trânsito e Transporte, observando a ausência de retorno como possível sinal
45 de descaso por parte do órgão em prestar esclarecimentos. A conselheira Caroline Paim Zanette
46 (Diretoria de Trânsito e Transporte) informou que as informações solicitadas — como o nome das
47 ruas onde será implantado o estacionamento rotativo, o mapa, os termos e demais aspectos
48 operacionais — estão disponíveis tanto no site da Prefeitura quanto no site da empresa Gerestar,
49 onde podem ser acessados. O conselheiro Clésio, então, questiona se as informações financeiras
50 também estão disponíveis, ao que a conselheira Caroline responde que não tem conhecimento sobre

51 essa parte. Após, o conselheiro Gentil observa que os sites são de baixa qualidade e que nenhuma
52 das partes interessadas dispõe das informações necessárias. O conselheiro João Paulo Casagrande
53 (Secretaria Municipal do Sistema de Infraestrutura e Obras) sugeriu ao conselheiro Gentil,
54 integrante da UABC, que apresente ao conselho uma proposta sobre a melhor forma de informar a
55 população, com o objetivo de viabilizar um encaminhamento ao Executivo para a adoção de
56 medidas voltadas à melhoria da questão. Em resposta, o conselheiro Gentil ressaltou que,
57 considerando a natureza deliberativa do conselho, a solução seria solicitar formalmente respostas e
58 informações aos órgãos competentes, assegurando que essas informações sejam, de fato,
59 efetivamente fornecidas. O conselheiro João Paulo Casagrande explicou que, ao ser apresentada
60 uma nova proposta de forma de informar a população, o conselho poderá deliberar sobre a
61 solicitação. Caso aprovada por maioria, esta é então encaminhada ao Executivo. Ressaltou ainda
62 que cada conselheiro representa uma entidade e se manifesta em seu nome, sendo função do
63 conselho encaminhar as demandas apresentadas por essas entidades. Comentou, ainda, que lhe
64 causa estranheza a intenção de se fiscalizar o fluxo financeiro, uma vez que tal atribuição não
65 compete ao conselho. A conselheira Caroline complementou, esclarecendo que, para esse tipo de
66 fiscalização, o conselho precisaria ser voltado ao Trânsito. Ressaltou-se que, por se tratar de um
67 Conselho de Transporte, cabe ao Conselho apenas acompanhar e fiscalizar se as gratuidades no
68 transporte público estão, de fato, sendo financiadas pelos repasses provenientes da empresa
69 Gerestar, responsável pelo Estacionamento Rotativo. Destacou-se que, por esse motivo, o tema foi
70 incluído na pauta referente ao transporte, sendo importante não confundir o papel do Conselho, que
71 abrange o transporte coletivo. O conselheiro Clésio registrou que possui legitimidade para solicitar
72 tais informações, por representar o segmento de transporte de cargas. O conselheiro Gentil, então,
73 questionou descontente “Como é que eu vou informar se eu não sou informado?”. Os conselheiros
74 discutiram sobre a possibilidade de solicitar informações, destacando que todo cidadão tem o direito
75 de requerer dados, como o fluxo financeiro da empresa responsável pela gestão dos pagamentos. No
76 entanto, ponderaram que tais solicitações, embora legítimas, não devem ser feitas no âmbito do
77 Conselho de Transporte, visto que, se todas as questões forem trazidas para as reuniões do
78 colegiado, o Conselho poderá perder o foco e não conseguirá tratar adequadamente das pautas
79 específicas relacionadas ao transporte público e coletivo. O conselheiro Gentil lembrou que, no
80 ano anterior, o Conselho solicitou informações referentes aos recursos provenientes do
81 Estacionamento Rotativo, sendo este o tema da pauta naquela ocasião. Segundo ele, o representante
82 compareceu à reunião sem apresentar os dados solicitados, mesmo ciente de que tais informações
83 estavam disponíveis. O conselheiro relatou que o representante se comprometeu a trazer os dados
84 completos em outro momento, o que não se concretizou. Gentil destacou, ainda, que não foi ele
85 quem assumiu esse compromisso, mas sim o próprio representante. A conselheira Caroline reiterou
86 que a discussão em pauta dizia respeito ao Estacionamento Rotativo, e não ao transporte coletivo,
87 destacando a importância de manter o foco nos temas que são, de fato, pertinentes à competência do
88 Conselho. Esclareceu ainda que não se trata de impedir questionamentos, pois todo conselheiro tem
89 o direito de levantar dúvidas e solicitar informações. No entanto, enfatizou que a questão não está
90 no foro adequado para tais manifestações, salientando que pautas de caráter individual não devem
91 ser trazidas ao Conselho quando não se enquadram em sua esfera de atuação. O conselheiro Gentil
92 afirmou que não foi decisão individual sua, mas sim do Conselho, a inclusão da pauta sobre o
93 Estacionamento Rotativo na reunião. O presidente interrompeu a discussão para orientar o
94 encaminhamento dos trabalhos, destacando a necessidade de dar um rumo à conversa para evitar
95 que a reunião se prolongasse excessivamente. Sugeriu, novamente, a prorrogação da entrega dos
96 documentos para a próxima reunião e reforçou a importância de manter o foco e o andamento da
97 pauta. A conselheira Caroline reafirmou que a discussão sobre o Estacionamento Rotativo é
98 necessária, porém ressaltou que o local adequado para esse debate não seria naquela reunião. O
99 convidado Alexandre Back pediu licença e esclareceu que o objetivo da discussão do conselheiro
100 Gentil era verificar se os valores arrecadados com o Estacionamento Rotativo estavam sendo
101 devidamente repassados. Acrescentou que, além disso, havia o interesse legítimo de alguns
102 conselheiros — como foi o caso de uma conversa que teve com Gentil — em saber se o valor que

103 está sendo repassado corresponde, de fato, ao valor correto previsto contratualmente. Destacou que,
104 quando o conselheiro João Casagrande mencionou o interesse em conhecer o fluxo de caixa, não se
105 tratava de uma tentativa de acessar informações administrativas privadas da empresa, mas sim de
106 confirmar a correta destinação dos recursos. Recomendou, inclusive, que o presidente do Conselho
107 encaminhasse aos demais conselheiros o pedido de informação apresentado pelo conselheiro Gentil,
108 pois este não chegou a ser lido integralmente durante a reunião. Segundo Alexandre Back, todos os
109 pedidos de informação estavam fundamentados em cláusulas e artigos do contrato, devidamente
110 indicados ao lado de cada solicitação. Ressaltou que não se tratavam de pedidos aleatórios, mas sim
111 de questionamentos embasados juridicamente. Por fim, reforçou que, embora o tema do
112 Estacionamento Rotativo não esteja diretamente vinculado ao transporte coletivo, é legítimo e
113 relevante questionar se os valores arrecadados estão sendo corretamente aplicados. Citou, como
114 exemplo, a discussão anterior sobre as vagas destinadas a pessoas com deficiência, questionando
115 sua real localização e efetividade. Ressaltou que a disponibilização dessas vagas, conforme previsto
116 em lei, não deve ser feita apenas de forma simbólica, mas de maneira efetiva, para que se cumpra a
117 finalidade legal. O presidente, em resposta à manifestação do convidado, informou que solicitaria a
118 digitalização do documento citado para compartilhamento no grupo, ressaltando que se tratava de
119 documento público e que não haveria impedimento para tal procedimento. Em seguida, perguntou
120 aos demais conselheiros se estavam de acordo em levar a pauta referente ao Estacionamento
121 Rotativo para a próxima reunião, obtendo a aprovação. O presidente informou que a ATA da reunião
122 anterior seria novamente digitalizada e solicitou a todos os presentes que realizassem as correções
123 necessárias no documento, para que a versão atualizada pudesse ser apresentada na próxima
124 reunião. O conselheiro Clésio solicitou que os protocolos encaminhados à Gerestar e à DTT fossem
125 enviados ao grupo do Conselho, esclarecendo que, apesar das informações circularem por diversas
126 fontes, o Conselho ainda não havia recebido oficialmente tais documentos. O presidente respondeu
127 que precisaria verificar o protocolo referente à Gerestar. O conselheiro Gentil comenta que o
128 objetivo é tratar as questões conforme debatido no Conselho, respeitando as funções do CMT, sem
129 ultrapassar suas atribuições. Destacou que o grupo possui outra correspondência em mãos, com a
130 intenção de não prejudicar nem o município, nem o sistema de transporte. Ressaltou que acompanha
131 o trabalho da empresa Gerestar em diversas frentes, filtrando onde suas ações têm efetivamente sido
132 realizadas. Por isso, reforçou o pedido para que sejam reduzidas as dúvidas, buscando clareza sobre
133 o que deve ou não ser tratado no âmbito do Conselho. A conselheira Caroline manifestou que
134 considera necessário debater sobre a Gerestar e o Estacionamento Rotativo, mas ressaltou que
135 aquele não era o local adequado para essa discussão. Em seguida, o conselheiro Clésio afirmou que,
136 em casos como o mencionado anteriormente pela conselheira Caroline envolvendo os cachorros,
137 não adianta levar o assunto à prefeitura, pois, segundo ele, não há solução prática por parte do
138 órgão. Acrescentou que, conforme seu relato, a polícia não atuou de forma eficaz, mencionando que
139 uma equipe permaneceu no local por uma semana sem tomar providências e questionou quais
140 medidas poderiam ser adotadas. O conselheiro João Casagrande e a conselheira Caroline sugeriram
141 a possibilidade de criação de uma lei municipal para tratar da questão. Contudo, ponderaram que
142 esses problemas estão relacionados ao transporte coletivo e recomendou que o tema fosse
143 submetido ao Conselho para votação, a fim de decidir se seria encaminhado para as instâncias
144 competentes. O conselheiro Clésio solicitou que a UNESC encaminhasse ao Conselho todos os
145 protocolos referentes aos conselheiros, referentes ao ano corrente. Pediu que, caso os documentos
146 não fossem compartilhados no grupo, ao menos ele recebesse uma cópia. O conselheiro Gentil,
147 aproveitando a presença da conselheira Caroline, representante da Diretoria de Trânsito e
148 Transporte, manifestou preocupação com o fechamento repentino de vias na cidade. Relatou que até
149 mesmo as empresas estão sendo surpreendidas pelas interdições, que ocorrem sem aviso prévio
150 adequado. Destacou que essa é uma questão relacionada à mobilidade urbana, que considera grave,
151 pois causa transtornos significativos à população, inclusive para pessoas que precisam se deslocar
152 para outras regiões, como o bairro Ceará, ou realizar trajetos simples, como ir ao colégio. Criticou a
153 falta de planejamento e comunicação por parte da DTT em relação às obras e bloqueios,
154 mencionando que muitas vezes os avisos não são repassados adequadamente. Ressaltou o impacto

155 negativo causado por essas decisões, citando como exemplo o fechamento de vias como o
156 Pinheirinho, que geram desgaste pessoal até mesmo para servidores públicos envolvidos. Por fim,
157 reforçou que é necessário haver programação e organização para minimizar os transtornos à
158 população. O presidente manifestou frustração com o andamento da reunião, afirmando que, na
159 prática, o tempo foi mal aproveitado. Comentou que a empresa Gerestar sequer havia sido
160 notificada até aquele momento, e concluiu dizendo que, diante da falta de encaminhamentos
161 efetivos, o Conselho parecia estar apenas "brincando de ser conselheiro", expressando sua
162 insatisfação com a condução dos trabalhos. O conselheiro Gentil sugeriu que, na próxima reunião, a
163 conselheira Caroline utilize o telão para exibir as informações disponíveis no site, de forma que
164 todos os presentes possam visualizar. A conselheira comentou que as informações são simples de
165 localizar e propôs que as informações e os documentos do Conselho sejam compartilhados no
166 grupo. Assim, sem mais a discutir, a reunião foi finalizada. E eu, Giovana Mendes Beloli, lavei a
167 presente ata, que após lida, será assinada por todos os presentes.

168

169 Giovane Raulino Ribeiro (Diretoria de Trânsito e Transporte - DTT);

170 Caroline Paim Zanette (Diretoria de Trânsito e Transporte);

171 João Paulo Casagrande (Secretaria Municipal do Sistema de Infraestrutura e Obras);

172 Bianca Elias Torres (Procuradoria-Geral do Município);

173 Henrique Vargas (Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC);

174 Gentil Francisco (União da Associação de Bairros de Criciúma – UABC);

175 Clésio Fernandes (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em
176 Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região);

177 Juliano Peters Dutra (Sindicato das Empresas dos Condutores de Veículos e Trabalhadores em
178 Transportes Rodoviários de Cargas e Passageiros de Criciúma e Região);

179 Carlos Alberto de Andrade (Consórcio Criciumense de Transporte Urbano – CCTU);

180 Tiago Coloneti Marangoni (Câmara de Dirigentes Lojistas de Criciúma – CDL);